

Bíblia Pública

26 SET 1996

Governo federal dá moratória aos estados na véspera das eleições

JORNAL DO BRASIL

26 OUT 1996

■ Os governadores beneficiados terão que privatizar e evitar novos endividamentos

BRASÍLIA — O Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou ontem que os bancos federais deixem de cobrar, por três meses, os juros das dívidas dos estados com a União. A condição para essa moratória, segundo o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, é que o estado beneficiado já esteja com sua renegociação de dívida aprovada e que exija um programa de ajuste fiscal, privatização e limitação de novos endividamentos.

A decisão do governo é tomada a sete dias das eleições municipais. Parente disse que, por enquanto, só serão beneficiados os estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Piauí, Rio Grande do Sul e Minas

Gerais — estados que já concluíram ou que estão em fase adiantada de renegociação de suas dívidas.

O objetivo dessa medida, segundo Parente, é reduzir o desembolso que esses estados tinham com o pagamento de juros e encargos da dívida, em comparação às suas receitas líquidas. O estado de Mato Grosso, por exemplo, gastava 40% de sua receita com o pagamento mensal de dívidas. Parente explicou que, como a renegociação limitou esse desembolso a 15% da Receita líquida, os estados terão essa moratória do pagamento dos encargos da dívida até que o Senado e as Assembleias Legislativas aprovem o novo modelo para pagamento da dívida. A medida pode beneficiar

pelo menos 17 estados que tomaram R\$ 2,1 bilhões em empréstimos da Caixa Econômica para programas de ajuste fiscal no início do ano.

Os pagamentos dos juros referentes a mais de R\$ 1 bilhão de dívidas com outros bancos federais, autorizadas no primeiro semestre pelo Banco Central, também podem ser suspensos. A única exigência para a moratória é uma autorização do Ministério da Fazenda, que será dada caso a caso. A medida complementa o voto 122, que autoriza a suspensão por três meses do pagamento do principal dos débitos dos estados que gastam mais de 20% das suas receitas com dívidas.

O Ministério da Fazenda afirmou que a medida vai permitir uma “folga a curto prazo” para os estados. O Ministério da Fazenda está acertando a renegociação de todas as dívidas estaduais. A decisão do CMN pode dar um alívio para os estados enquanto os governadores aguardam a definição desses acordos com o Ministério da Fazenda.

Minas — O ministro Pedro Malan deve ir hoje a Minas Gerais para assinar um protocolo de renegociação de R\$ 11 bilhões em dívidas do estado. Na semana passada, Malan assinou um protocolo nos mesmos termos com o governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, renegociando R\$ 6,1 bilhões.